

INSTITUTO SOCIOAMBIENTAL
data _____/_____/_____
cod. 80000024

**INSTITUTO BRASILEIRO DO MEIO AMBIENTE E DOS RECURSOS
NATURAIS RENOVÁVEIS**

**DIAGNÓSTICO SÓCIO-AMBIENTAL DA COMUNIDADE DE MORADORES NA
ÁREA DE RELEVANTE INTERESSE ECOLÓGICO ARIE - SERRA DA ABELHA EM
SANTA CATARINA – BRASIL.**

EQUIPE TÉCNICA
Eng. Ftal. Leandro Casanova Eng. Agron. Darclé Krunvald
Biol. Maridelia Lilianny Zecenarro

Outubro 2001

1. INTRODUÇÃO

O presente relatório tem por objetivo servir como subsídio e ter uma linha de base de conhecimento sobre os moradores da ARIE (Área de Relevante Interesse Ecológico) Serra da Abelha no município de Vitor Meireles – SC. Após análise das informações obtidas será possível um planejamento para atuação de futuros trabalhos a serem desenvolvidos junto às comunidades que compõe a ARIE.

A ARIE Serra da Abelha foi criada através da Resolução 005 de 17.10.90 do CONAMA (Conselho Nacional do Meio Ambiente) e referendada por Decreto Presidencial publicado no dia 28 de maio de 1996.

A criação da ARIE Serra da Abelha, foi fundamentada por um elenco de fatores, entre eles podemos destacar:

- A existência de aproximadamente 8000 árvores de Pinheiro Brasileiro (*Araucária angustifolia*) adultos, do qual restam apenas 3% da área que existia originalmente.
- A ocorrência de uma área de transição entre a Floresta Ombrófila Densa e a Floresta Ombrófila Mista.
- A fauna vastíssima existente no local, onde podemos citar o papagaio do peito roxo (*Amazona vinacae*), gavião pombo (*Leucopternis polionata*), tesourinha do mato (*Philabura flavirostis*), que são espécies ameaçadas de extinção.
- Na área também existem centenas de nascentes que abastecem vários ribeirões que irão formar os Rios da Prata, Denecke e Vananeira, que desembocam no Rio Itajaí

A ARIE possui uma extensão territorial aproximada de 4.800,0 ha. A opção por criar esta unidade de Conservação Federal na categoria de ARIE, foi devido à existência de ocupação humana na área, famílias estas que sempre lutaram pela preservação das condições naturais deste local, perante madeireiros que tinham por objetivo explorar a madeira.

Atualmente os órgãos que respondem pela ARIE Serra da Abelha são: IBAMA - Instituto Brasileiro de Recursos Naturais Renováveis e o INCRA - Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária.

Dentro da ARIE existem três diferentes situações, conforme o modo de ocupação antrópica e localização geográfica inicialmente identificado pela equipe de técnicos do INCRA quando da elaboração do primeiro croqui, que foram assim denominadas:

- Área A: Moradores que não possuem título da terra (posseiros) residentes no local desde 1948 e fazem parte do Projeto de Assentamento Rural Santa Cruz dos Pinhais;
- Área B: Moradores com direito a propriedade e ,que inclusive pagaram suas terras, mas que ainda não detém as escrituras dos imóveis, situação que vem se arrastando por 17 anos. Objeto de antiga regularização fundiária efetuada pelo INCRA denominada Concessão Simões;
- Área C: Moradores que possuem suas situações fundiárias regularizadas e que não possuem vinculação com o INCRA;

Área A: é conhecida como “posses”, na verdade Comunidade de Santa Cruz dos Pinhais, é a mais importante em termos ambientais. Pois neste local se encontra a Floresta de Pinheiros e onde ocorre com maior frequência outras espécies nobres, como: o cedro, canela-preta, canela sassafrás entre outras. Esta área é de propriedade do Incra e está sendo destinada para a realização de assentamento. Por se tratar de um local muito importante e único em termos ecológicos, haverá um estudo criterioso para que seja feito um **Assentamento Ecológico**, pioneiro até mesmo á nível de Brasil.

Área B e C: entraram como ampliação nos domínios da ARIE, sendo caracterizada por propriedades nos “modelos tradicionais”, predominando apenas alguns fragmentos com capoeirão ralo, os desmatamentos são devido a grande atividade agrícola e agropecuária.

O passo seguinte é a realização do Zoneamento Ambiental da ARIE Serra da Abelha, para a definição de áreas passíveis de uso em atividades agropastoris, turismo ecológico, enriquecimento de florestas secundárias e áreas de preservação permanente, etc. Para as famílias que residem na ARIE a definição que será dada pelo Zoneamento Ambiental é de fundamental importância, para a definição

de suas atividades e inclusive permanência ou não no local. O Zoneamento Ambiental também servirá de subsídio para o INCRA para a criação do Assentamento Ecológico, pois ainda não existe nenhum modelo que sirva de referência.

Em 1998 a APREMAVI/IBAMA iniciaram a implantação do projeto intitulado “Educação Ambiental e Conservação dos Recursos Naturais na ARIE Serra da Abelha”, na Área A, ou seja a Comunidade de Santa Cruz dos Pinhais, “posses”, onde foram desenvolvidas várias atividades:

- cursos de capacitação em silvicultura, agricultura orgânica e ecoturismo;- áreas demonstrativas de enriquecimento de florestas e agricultura orgânica;- e implantação de viveiro florestal de mudas nativas.

A intenção é levar às Áreas B e C as mesmas metodologias de trabalho, visando conscientizar os moradores da importância e utilização de formas corretas e menos impactantes sobre o ambiente, com perspectivas de se chegar ao caminho da sustentabilidade.

Porém antes de praticar ações e formar estratégias de trabalho é fundamental que se conheça o meio onde as decisões serão colocadas em prática, por isso, o levantamento sócio-ambiental realizado na área A, B e C contribuirá para traçar um planejamento das ações a serem executadas em cada uma das três diferentes situações da ARIE Serra da Abelha.

Para que este trabalho possa ser concretizado são indispensáveis o apoio e a união de todos os órgãos envolvidos: IBAMA, INCRA, APREMAVI, Prefeitura Municipal de Vitor Meireles e principalmente dos moradores das comunidades que fazem parte desta Unidade de Conservação.

2. OBJETIVOS

2.1. Objetivo Geral

Obter informações relativas às questões sócio-ambientais nas três áreas que compõe a Unidade de Conservação ARIE Serra da Abelha, a fim de gerar subsídios para elaboração do Zoneamento Ambiental.

2.2. Objetivos Específicos

Como objetivos específicos estabeleceu-se o seguinte:

1. Levantar a realidade local através de entrevistas “in loco” em 100% da população que integra as áreas da unidade de conservação, seguindo orientações fornecidas pelo IBAMA – SC
2. Desenvolver relatório com as informações levantadas de forma a diagnosticar a realidade local enfocando aspectos sociais, econômicos, nível de degradação/conservação ambiental

3. METODOLOGIA

Como primeiro passo foi realizada uma reunião com os moradores da Área A, a fim de prestar alguns esclarecimentos, tais como:

- a razão da criação da ARIE e medidas que serão tomadas daqui para frente;
- explicação do processo de Assentamento que irá ocorrer nesta área;
- explanação do trabalho de Levantamento Sócio Ambiental e apresentação da equipe de trabalho;
- e também apresentação dos órgãos envolvidos como o IBAMA e INCRA e seus representantes;

Em outro momento realizou-se outra reunião agora com os moradores das Áreas B e C, onde foram explanados os mesmos assuntos, salvo com relação ao assentamento pois nestas a comunidade está composta por moradores que já possuem suas propriedades regularizadas ou por moradores que estão na dependência da regularização dos títulos com o INCRA.

O Diagnóstico Sócio-Ambiental foi efetuado através da aplicação de entrevistas aos moradores da ARIE Serra da Abelha nas áreas A,B e C. Os quesitos a serem abordados nestas entrevistas foram cuidadosamente discutidos e definidos pela equipe composta por técnica do IBAMA Responsável pela ARIE Serra da Abelha Bióloga Maridélia Lilianny Zecenarro, pelo Engº Florestal Leandro Casanova da APREMAVI e pela Engª Agrônoma Darclé Krunvald. Os técnicos da Apremavi com apoio do IBAMA e Prefeitura local, coletaram os dados em 100% da área, totalizando 81 famílias.

O roteiro de entrevista foi elaborado com a finalidade de coletar informações tanto de caráter quantitativo como de caráter qualitativo. A sua estruturação procurou contemplar a coleta de informações necessárias a elaboração de ações e estratégias a serem utilizadas nesta Unidade de Conservação.

Assim, o roteiro final foi composto por dez blocos de perguntas:

A) DADOS GERAIS: composto de perguntas fechadas que visaram traçar o perfil da família entrevistada, apresentando desta forma um caráter quantitativo;

B) SAÚDE: também composto basicamente de perguntas fechadas que procuraram caracterizar a saúde da comunidade em termos das doenças, da qualidade do atendimento existente e da freqüência de exames;

C) SANEAMENTO: perguntas fechadas, procurando caracterizar o abastecimento de água e o destino do diferentes resíduos das propriedades e perguntas abertas que procuraram ver se os moradores visualizavam problemas de saneamento na comunidade e quais as perspectivas de solução;

D) INFRAESTRUTURA DA PROPRIEDADE: perguntas fechadas, procurando caracterizar as obras e equipamentos das propriedades;

E) USO DO SOLO E CARACTERIZAÇÃO DO TERRENO: basicamente perguntas fechadas que buscaram identificar como se distribuem, na propriedade, os recursos hídricos, vegetais e de cultivo, em termos de área e de caracterização do solo;

F) PRODUÇÃO: perguntas fechadas que visaram quantificar a produção vegetal e animal das propriedades;

G) VEGETAÇÃO, FAUNA E RELAÇÃO COM O ESPAÇO: perguntas abertas e fechadas, procurando determinar qual a importância dada, tanto a vegetação como a fauna, e perguntas fechadas procurando determinar qual a amplitude dada às atitudes e práticas tomadas nas propriedades;

H) TURISMO E CULTURA: perguntas abertas, procurando determinar o que se entende e qual a importância do turismo, e o resgate cultural;

I) PROBLEMAS E SOLUÇÕES: perguntas abertas e fechadas que buscaram determinar qual era o principal problema da comunidade e de quem era a responsabilidade para a solução;

J) EXPECTATIVAS E PROJETOS FUTUROS: perguntas abertas que buscaram determinar se os moradores viam perspectivas para os jovens na comunidade e de quem dependia a criação de tais perspectivas;

4. RESULTADOS

O levantamento a campo foi realizado entre 20/08/2001 a 04/09/2001.

Todas as famílias residentes no domínio da ARIE responderam ao questionário, totalizando 100% da população. Das famílias entrevistadas 37 residem na área A, 36 na B e 08 na C (anexo 01).

As respostas são correspondentes a cada família.

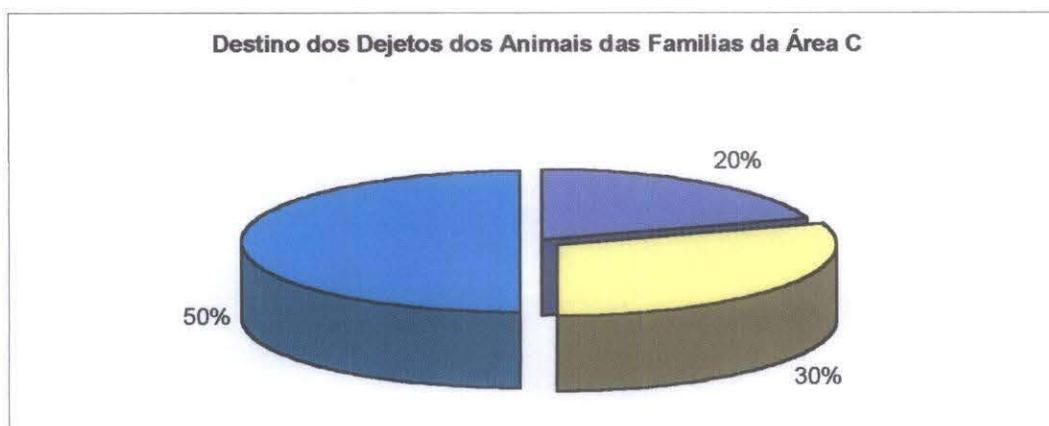
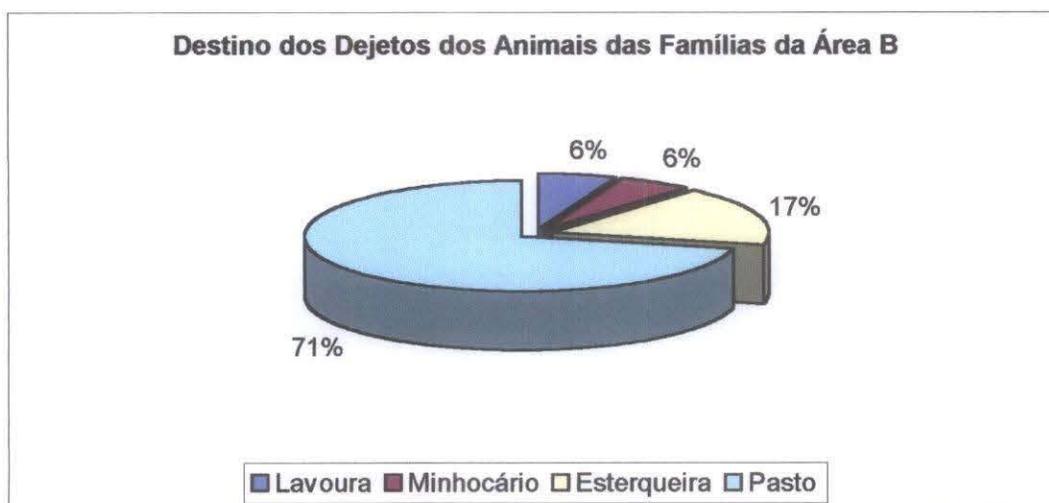
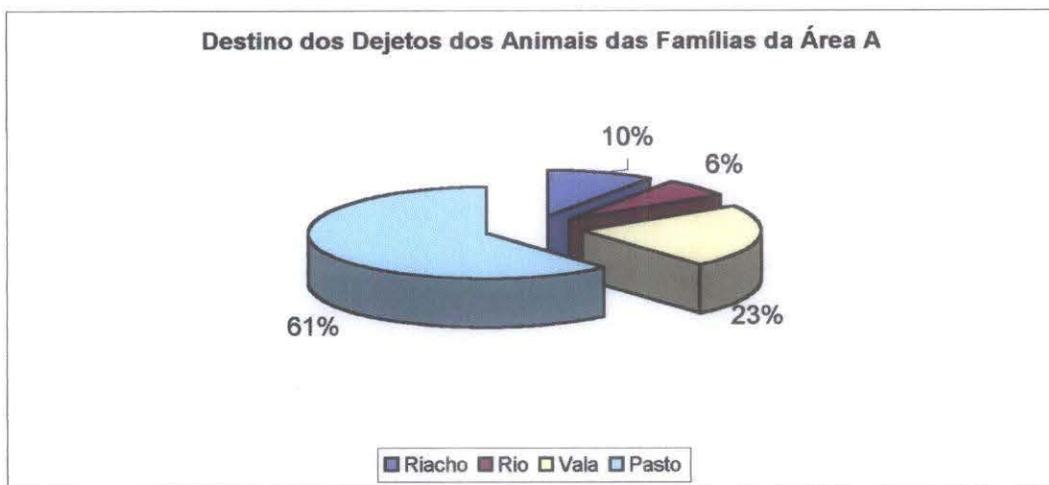
De posse dos dados cada uma das áreas estas foram submetidas à análise separadamente. Os dados mais importantes dentro do contexto ambiental foram colocados sobre a forma de gráficos e realizadas comparações e comentários sobre os mesmos.

A. Destino dos Dejetos Animais

Conforme gráficos apresentados na figura 01 as famílias residentes na Área A não possuem nenhum tratamento dos dejetos animais. Já algumas das famílias residentes na Área B e C, possuem tratamento destes dejetos, sobre a forma de esterqueiras e até minhocário.

Isto não quer dizer que as famílias residentes na área A sejam ambientalmente menos desinformadas, a falta do tratamento dos resíduos se deve principalmente ao fato destas famílias possuir condições de moradia e outras construções rurais muito inferiores às famílias da área B e C, além de possuírem também poder financeiro menor em comparação as outras duas situações. O item “Outro” que aparece no gráfico da Área C refere-se a “estala das vacas”, que é uma construção onde as vacas pernoitam por assim dizer, ficando as fezes depositadas em grande quantidade nestes locais.

Figura 01- Destino dos Dejetos Animais das famílias das Áreas A, B e C.

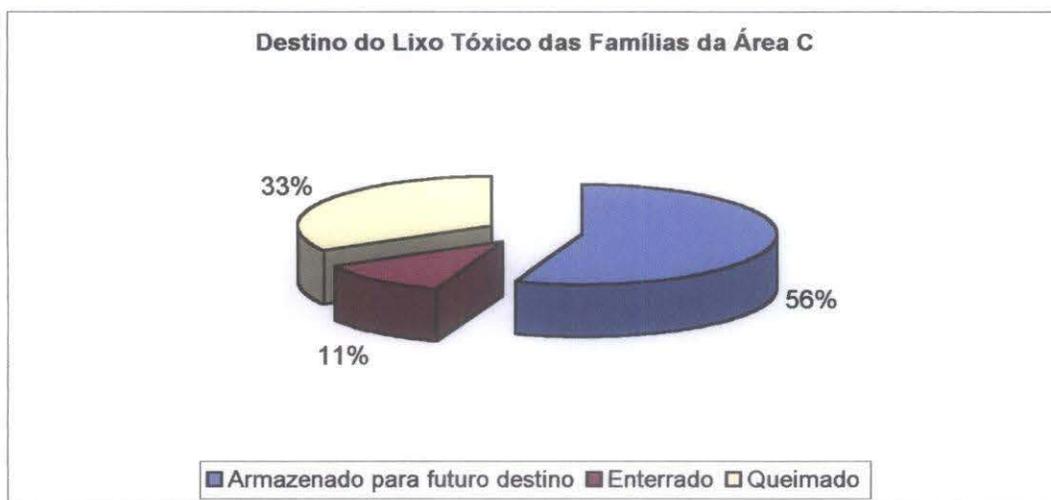
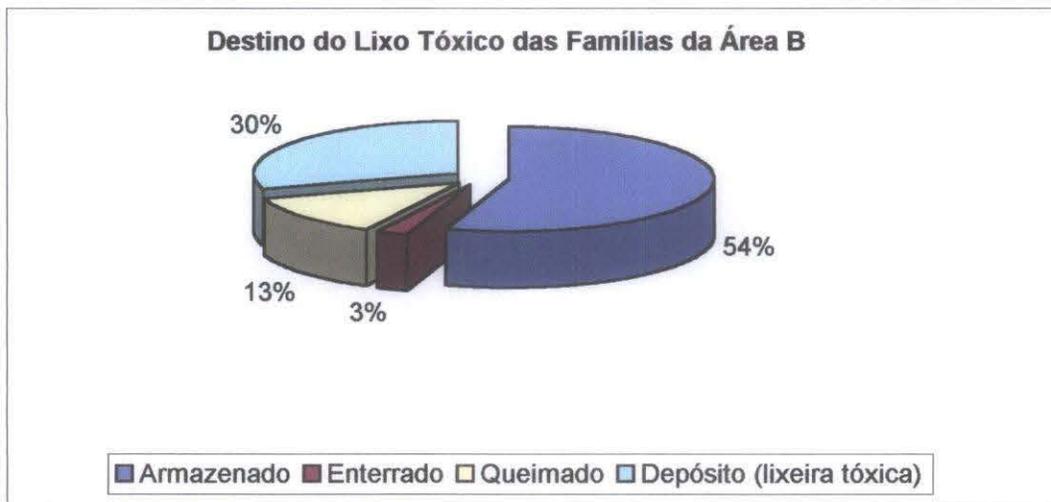
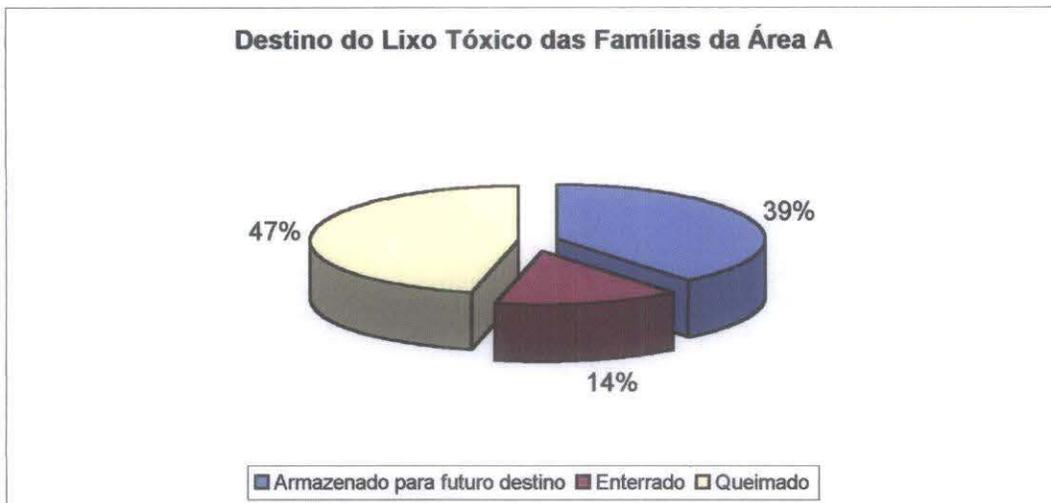


B. Destino do Lixo Tóxico

Segundo os gráficos a maior parte do lixo tóxico é armazenada para futuro destino, pois recentemente foi criada uma lei federal que obriga as empresas fabricantes de agrotóxicos a recolherem as embalagens, sendo que o agricultor deverá entregar estas embalagens à agropecuária a qual adquiriu o produto. Até o momento poucos estão adotando esta prática, pois foi dado um prazo para a adaptação das agropecuárias. Devido a este fato uma grande parte das embalagens plásticas são queimadas nas próprias estufas de fumo e as embalagens de vidro ou latas são enterradas, o que significa um risco de contaminação do solo, ar e água.

Com o cumprimento da lei de recolhimento de embalagens de agrotóxicos, espera-se resolver estas questões de contaminação e dar o correto tratamento para estas embalagens.

Figura 02- Destino do Lixo Tóxico nas áreas A, B e C.



C. Uso do Solo

Analisando os gráficos pertencentes à figura 03, pode-se observar que nas Áreas B e C o uso do solo em maior parte é ocupado com lavouras, isto se deve ao fato de que estas famílias plantam maiores quantidades de fumo e também outras culturas. Talvez esta maior área agricultável determina também as melhores condições de infraestrutura destas famílias com relação às da Área A e também maior poder aquisitivo. Pois a cultura do fumo traz maior retorno econômico ao agricultor, quando este consegue produzir grandes quantidades.

Esta maior produção de fumo requer também maior volume de madeira para a secagem, esta geralmente é retirada dos capoeirões. Provavelmente seja por este fato que estes capoeirões estejam bastante degradados, cabendo muito bem um trabalho de manejo e enriquecimento, para amenizar esta situação. Por outro lado começam a surgir os reflorestamentos com eucaliptos, como alternativa de madeira para a secagem do fumo.

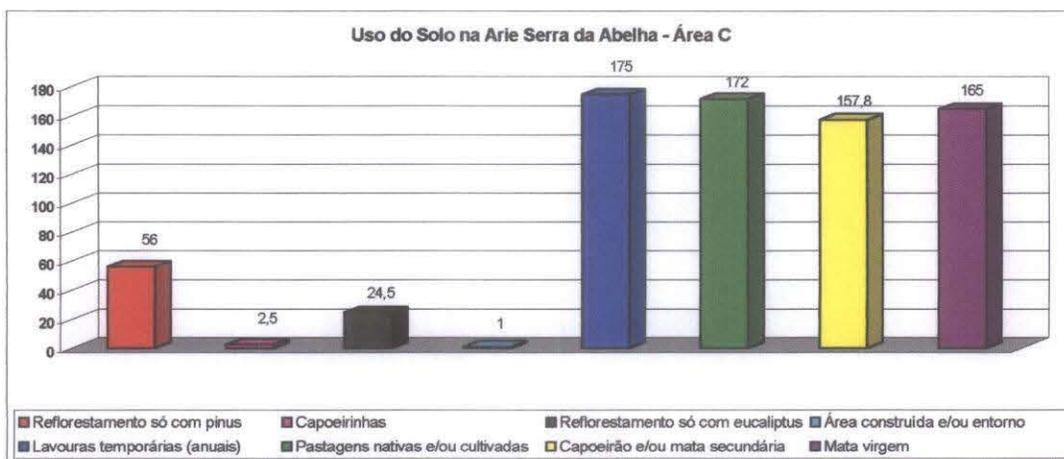
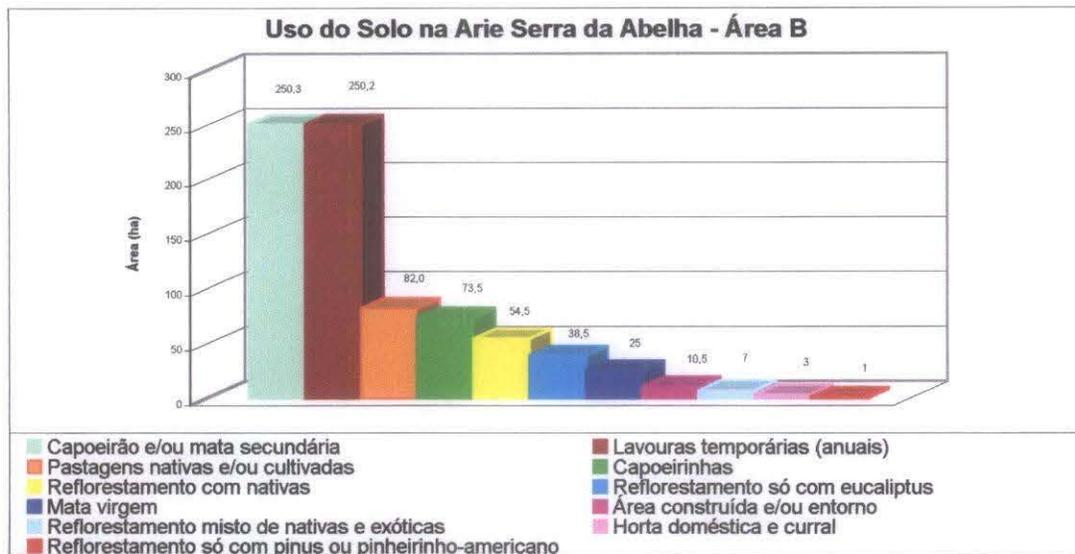
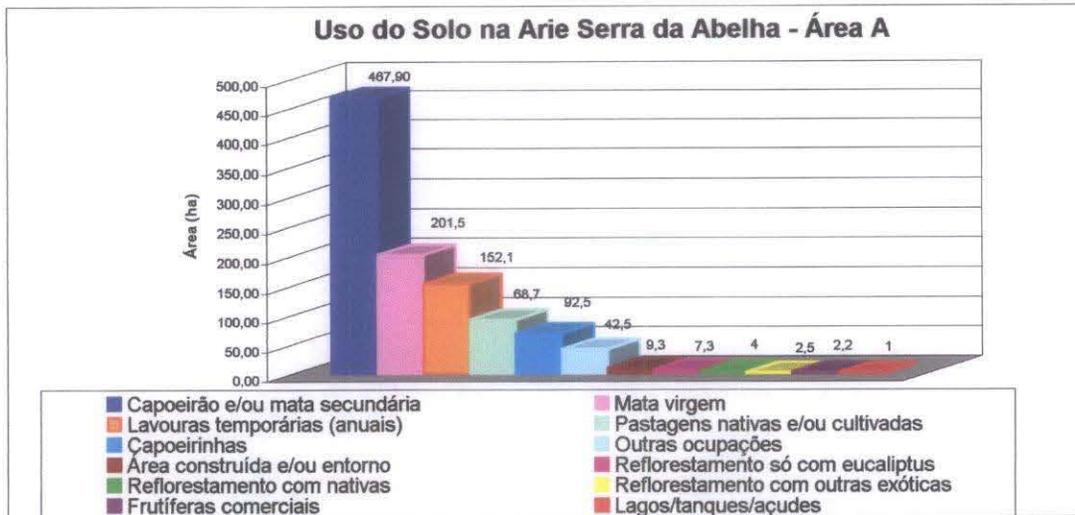
As áreas com mata virgem tanto nas Áreas B e C se restringem a encostas e “peraus” ou seja APP's de 60° até próximo a 85°.

Pode-se observar nos gráficos a grande área com capoeirão e mata virgem existente na Área A, que conforme já descrito anteriormente ambientalmente é a mais importante dentro da ARIE, onde ainda pode-se encontrar muitas árvores nobres como: canela-preta, canela sassafrás, peroba, araucária, pau-óleo, pau-andrade, pindabuna. No entanto os moradores desta área sentem-se prejudicados, pois acham que as áreas agricultáveis são pequenas para sua sobrevivência. Isto até que tem seu fundo de verdade se estas famílias tiverem que sobreviver sempre da cultura do fumo, pois conforme já descrito anteriormente, é necessário ter grandes produções, conseqüentemente grandes áreas. Nesta área os capoeirões se encontram em melhores condições do que nas Áreas B e C.

Um outro dado interessante é o item Reflorestamento com Nativas que aparece no gráfico da Área B, estas na verdade são áreas com bracatinga onde é feita a retirada das árvores para madeira, após efetua-se a queima (uso do fogo) para a germinação das sementes, esta prática é conhecida por “Manejo da Bracatinga”. Os moradores da Área B abrem mão desta prática que não é permitida no Estado de Santa Catarina, os agricultores questionam bastante a proibição desta prática, já que para alguns a bracatinga é a única fonte de madeira para a secagem do fumo e nos Estados do Paraná e Rio Grande do Sul, esta é utilizada sem problemas.

É necessário mostrar aos moradores das três áreas outras alternativas de culturas, como por exemplo: - o cultivo de hortaliças orgânicas que requerem áreas menores de terra; - a apicultura, onde a manutenção de árvores de bracatinga e outras é positiva, pela questão de flores; e tantas outras alternativas possíveis. O problema da introdução destas alternativas é a desconfiança e preocupação por partes dos agricultores na questão de venda dos produtos e recursos para investir, problema este que não ocorre com a cultura do fumo, já que as empresas garantem desde o financiamento da cultura até a compra da mesma.

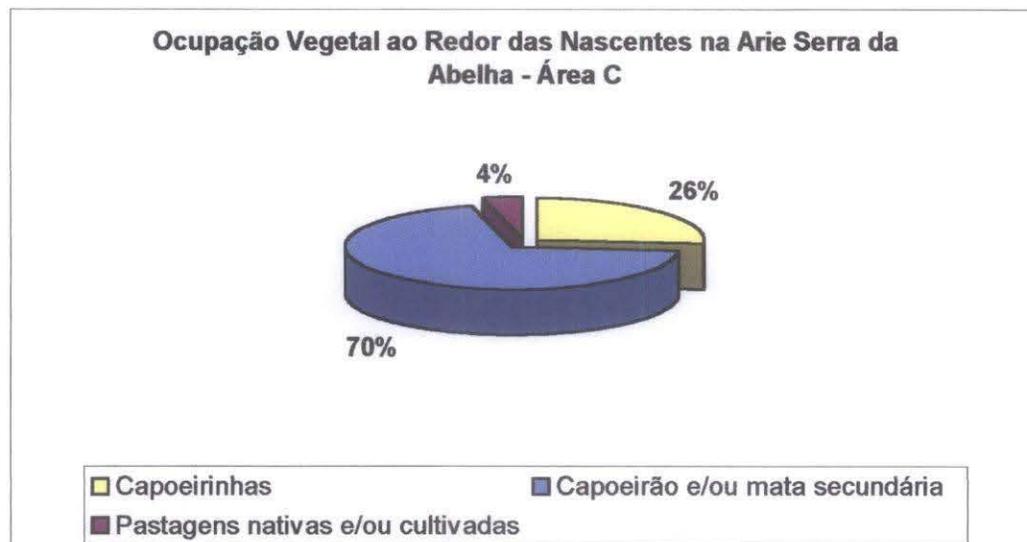
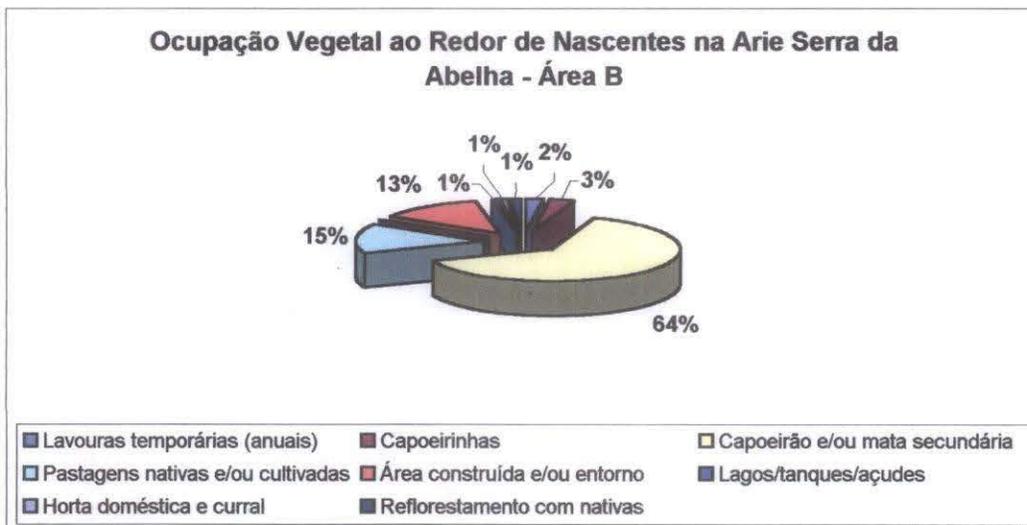
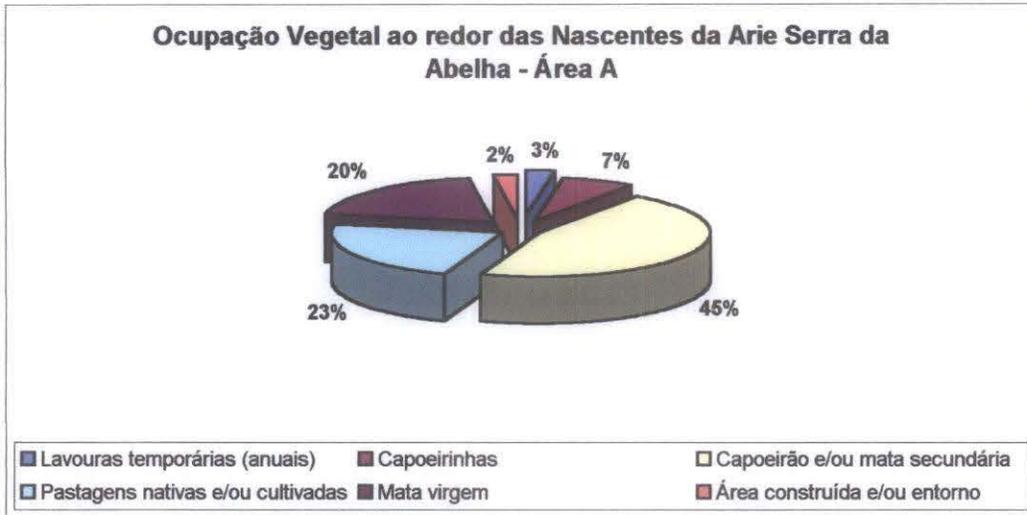
Figura 03 – Uso do Solo nas Áreas A, B e C



D. Ocupação Vegetal ao Redor das Nascentes e Cursos d'Água

Segundo os moradores das três áreas as maiorias das nascentes encontram-se em áreas de Capoeirões, que é um dado bastante confortável, no entanto o restante das nascentes se encontra localizadas em pastagens e áreas construídas e entorno, necessitando que seja replantada a vegetação para proteção das mesmas. Surgiu também entre alguns moradores da área B, preocupação com relação à contaminação das nascentes pelo uso indiscriminado de agrotóxicos nas lavouras, sendo que inclusive foi indagada a possibilidade de análise da água para verificação deste fato.

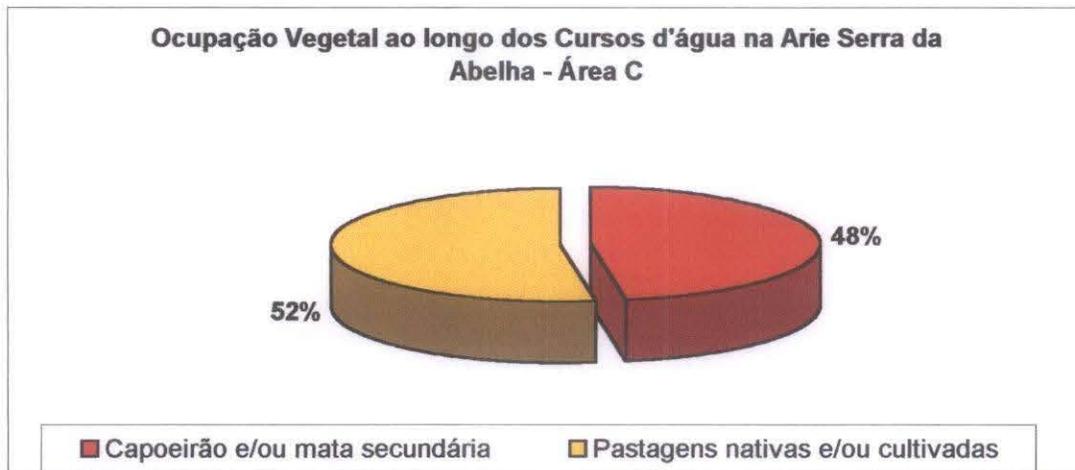
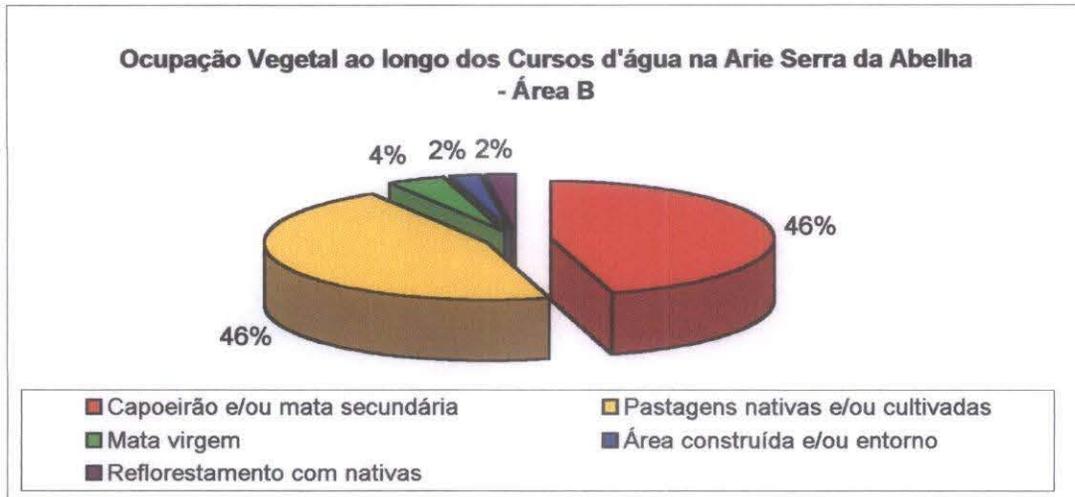
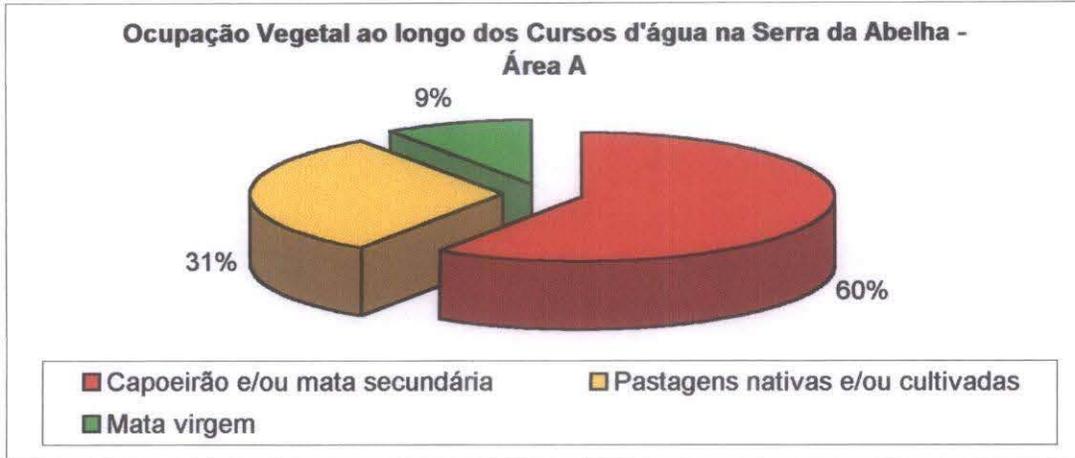
Figura 04 – Ocupação Vegetal ao Redor das Nascentes nas áreas A, B e C



Com relação à vegetação existente ao longo dos cursos d'água somente na Área A, estes se encontram em sua maioria em capoeirões ou seja com mata ciliar. Os moradores desta área costumam manter suas criações em cercados dentro de capoeirões ralos, impedindo desta forma que a regeneração natural se estabeleça. Os agricultores alegam que não possuem recursos, áreas e nem assistência técnica para implantação de pastagens, para então poderem retiram o gado do meio do mato.

Já nas Áreas B e C estes se encontram em maior parte em pastagens, sendo então de extrema necessidade um bom trabalho de conscientização para a recomposição da mata ciliar. Sendo que o exemplo o município de Vitor Meireles está dando no centro da cidade, por um trabalho realizado pela Prefeitura Municipal através da Secretaria da Agricultura e Meio Ambiente.

Figura 05 – Ocupação Vegetal nos Cursos d'Água nas Áreas A, B e C.



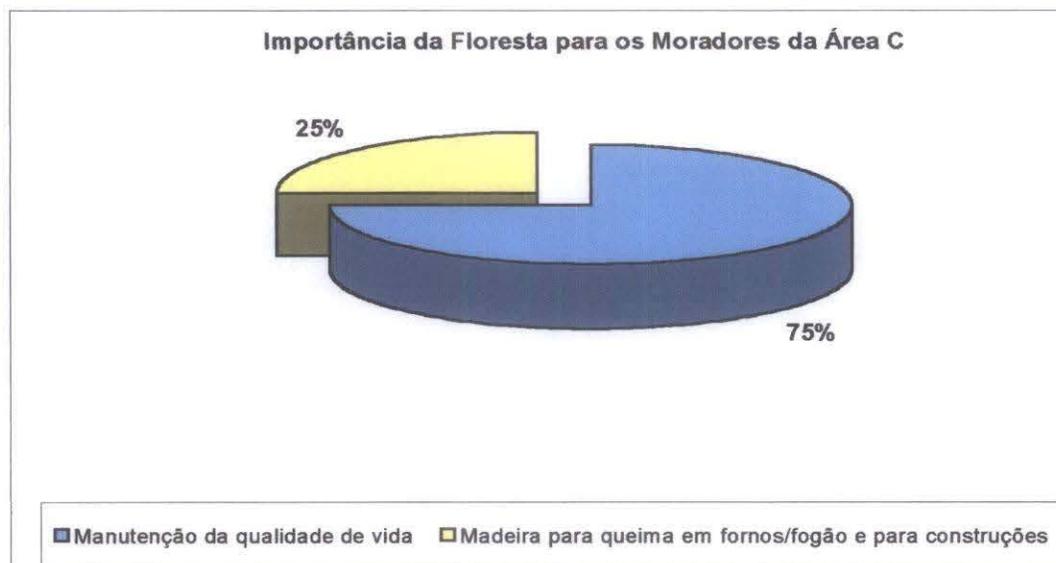
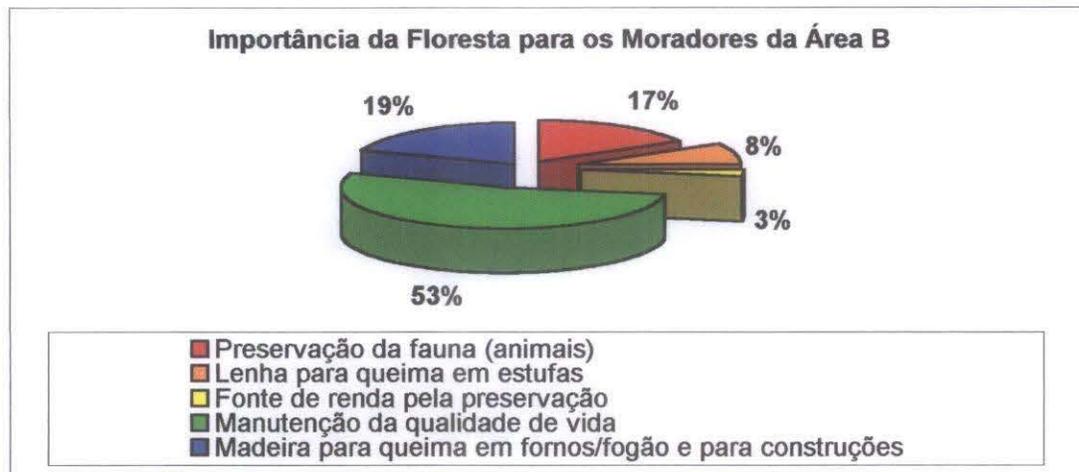
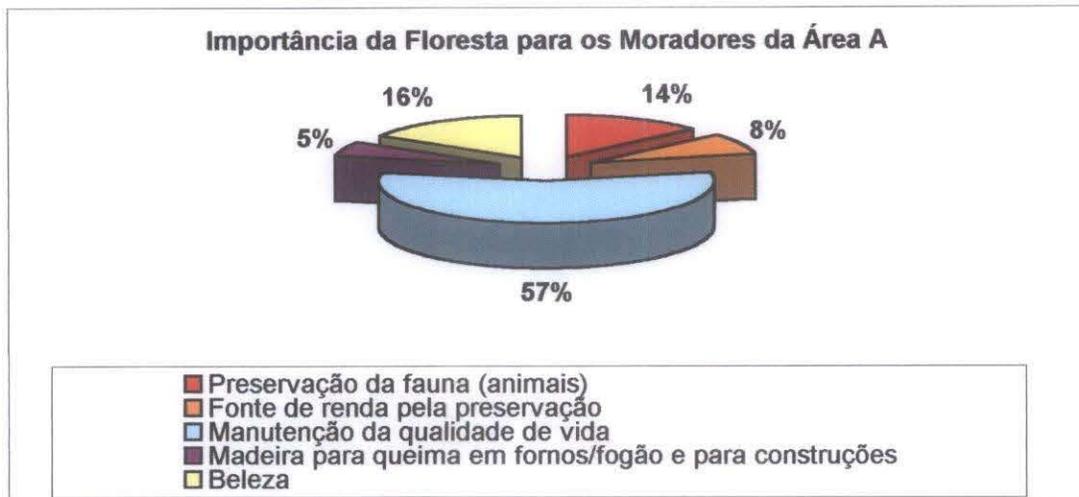
E. Importância da Floresta x Consumo de Lenha

A importância da floresta na opinião da maioria das famílias residentes nas três áreas foi com relação à manutenção da qualidade de vida, principalmente no que diz respeito à quantidade e qualidade da água, e do ar.

Destacamos que tanto na Área B como na C em segundo lugar figura a importância da floresta como fonte de madeira para queima em fornos/ fogões e construções.

O item preservação da fauna também aparece com uma boa frequência, conforme podemos observar.

Figura 06 - Importância da Floresta Segundo os Moradores das Áreas A, B e C



Para reforçar os dados de Importância da Floresta, onde o item: madeira para queima em forno/fogões e construções é bastante expressivo, a figura abaixo traz dados de consumo de lenha em cada uma das três áreas.

Figura 07 – Tabela com o Consumo de Lenha em mst/ ano e mst/ família nas Áreas A, B e C

Área	Nº de Famílias	Consumo de lenha (m st / ano)	Consumo de lenha (m st / família)
A	37	1.817	50,47
B	36	2.675	74,47
C	08	693	96,62

A maior parte desta madeira é proveniente de árvores caídas, secas, destoca de lavouras e inclusive madeiras verdes, como é o caso da bracatinga, poucos agricultores estão utilizando madeira proveniente de reflorestamentos comerciais.

Os agricultores sabem da importância da floresta para a manutenção da água, do solo, e da fauna mas alegam não terem outra alternativa, para a secagem do fumo, já que poucos possuem reflorestamentos ou estes ainda são muito novos.

F. Setores com mais Problemas

O item que apresenta maior deficiência, segundo os moradores das Áreas A e C é o de infraestrutura.

Dentro deste contexto, podemos destacar: - a falta de estradas com condições de tráfego, que prejudica desde a ida das crianças à escola, acesso à saúde e até escoamento da produção; - a falta de energia elétrica, problema este exclusivo da Área A, que faz com que estas famílias não possuam totais confortos da vida moderna, tais como equipamentos elétricos e etc.

Notem que os moradores da área A já fazem referência ao trabalho de zoneamento ambiental.

Já na Área B o setor de área agrícola é o que possui maior carência. Isto porque nesta comunidade reside o problema da falta dos títulos das propriedades, haja vista que já foi efetuado o pagamento ao INCRA.

Este impasse das famílias perante o INCRA deve ser resolvido o quanto antes, pois devido à falta das escrituras, os agricultores não conseguem financiamentos bancários, não é possível fazer a divisão com herdeiros das pessoas já falecidas, etc.

Figura 08 - Tabela com exemplos de problemas existentes nas Áreas A, B e C.

Problemas Encontrados na Comunidade – Área A
Não adesão de todos na organização comunitária
Estradas e energia elétrica
Saneamento básico e moradia
Zoneamento da área e infra-estrutura
Estrada, escola e posto de saúde
Indefinição das áreas e o que se pode fazer em cada área
Estrada sem condições de tráfego
Definição das áreas por parte do Incra e Ibama
As crianças não conseguem estudar porque a estrada é ruim
Uns tem bastante terra para fazer roça, outros não
Faltam recursos
Estrada, energia, assistência
Encanamento - rede de água
Falta de terra para trabalhar
Zoneamento Ambiental para regularização das terras e atividades
Faltam escolas
Faltam áreas para agricultura e pastagem

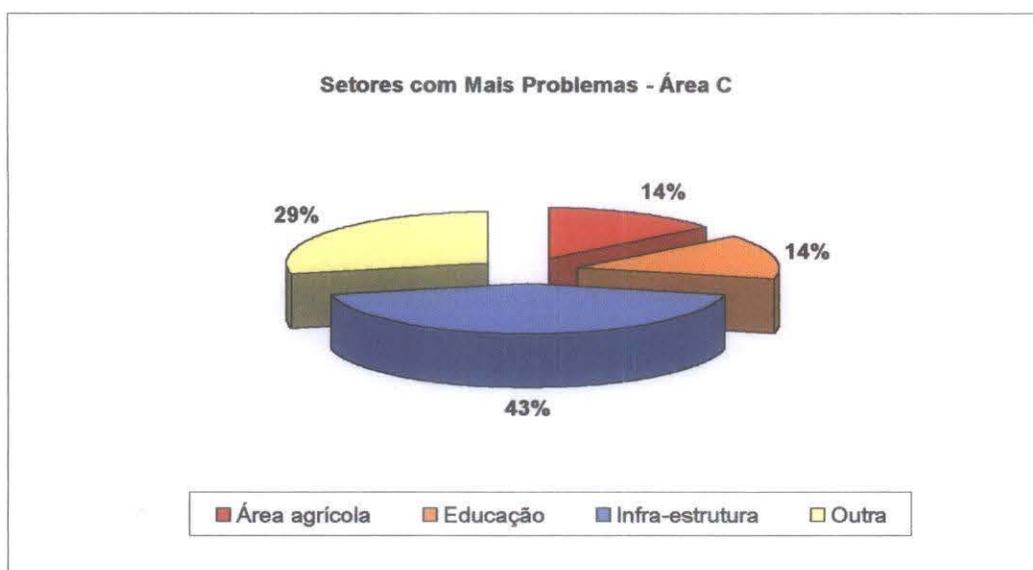
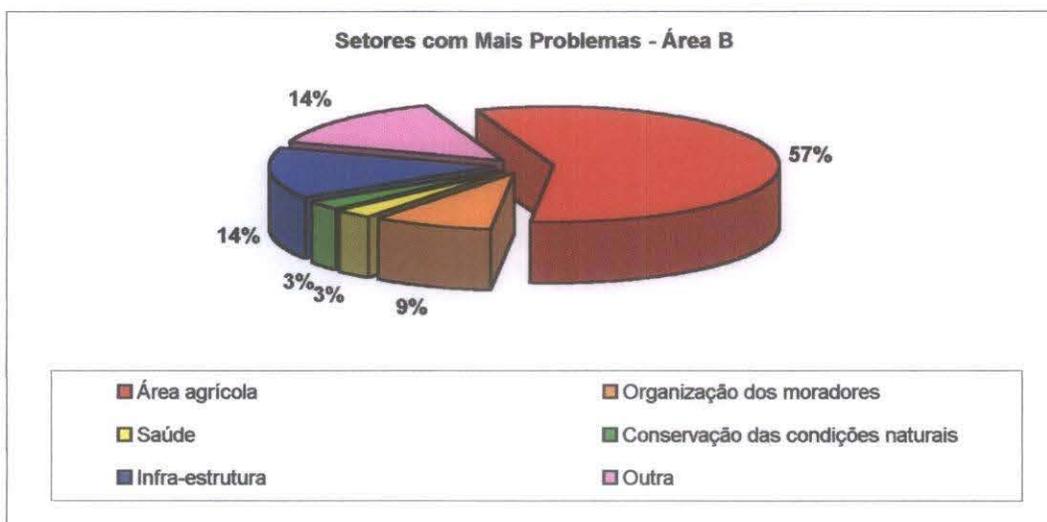
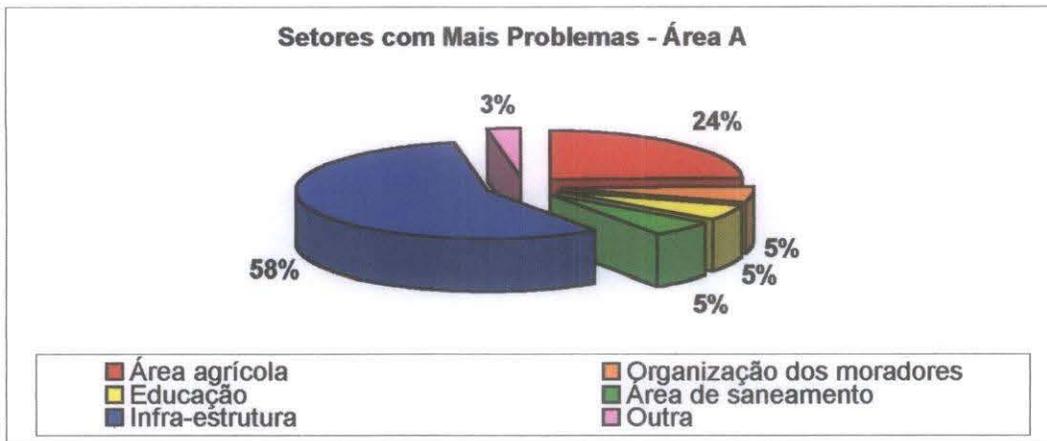
Exemplo de Problemas Encontrados na Comunidade – Área B

Transporte de ônibus
Melhoria da estrada para a Varaneira
Legalização e Registro dos títulos da terra e ter mais apoio
Falta de uma APAE
Mais apoio à agricultura
Ibama não fazer repressão, fazer conscientização
Ter uma melhor maneira para sobreviver que não seja o fumo
Falta união
Ter mais terra para trabalhar e recursos
Liberar madeira
Falta de entendimento na comunidade
O mato está acabado
Mais cursos
Não poder tirar lenha para o fumo e para serrar
Faltam recursos e garantia de venda dos produtos com preços justos
Ibama apresentar soluções para largar o fumo, garantindo mercado
Ter um posto de saúde na comunidade

Problemas Encontrados na Comunidade – Área C

Falta de entendimento entre os moradores
Estrada, energia elétrica
Ter mais estudo
Aumentar as áreas para plantio

Figura 09 – Setores com mais Problemas nas Áreas A, B e C



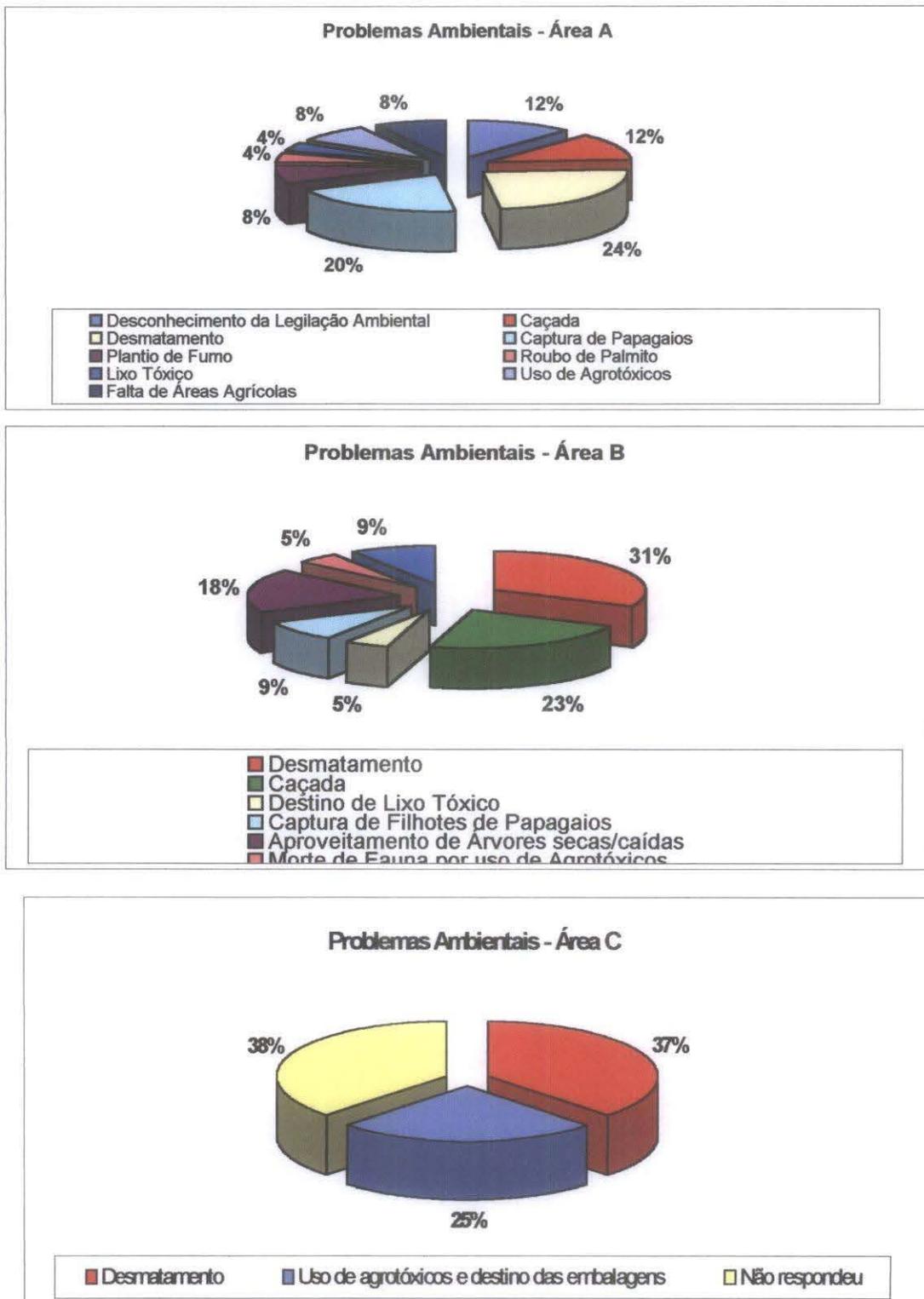
G. Problemas Ambientais e Responsáveis pela Solução destes Problemas

Para as famílias das Áreas A, B e C o maior problema ambiental é o Desmatamento. Este ocorre principalmente para obtenção de madeira e aumento das áreas agrícolas.

É importante salientar as diferenças de estágio de regeneração da floresta nas três áreas: - a Área A é caracterizada por predominância de capoeirões bem fechados, com presença de muitas espécies nobres; - as áreas B e C estes capoeirões encontram-se bastante ralos, com predominância de praticamente apenas vassourões e bracingas.

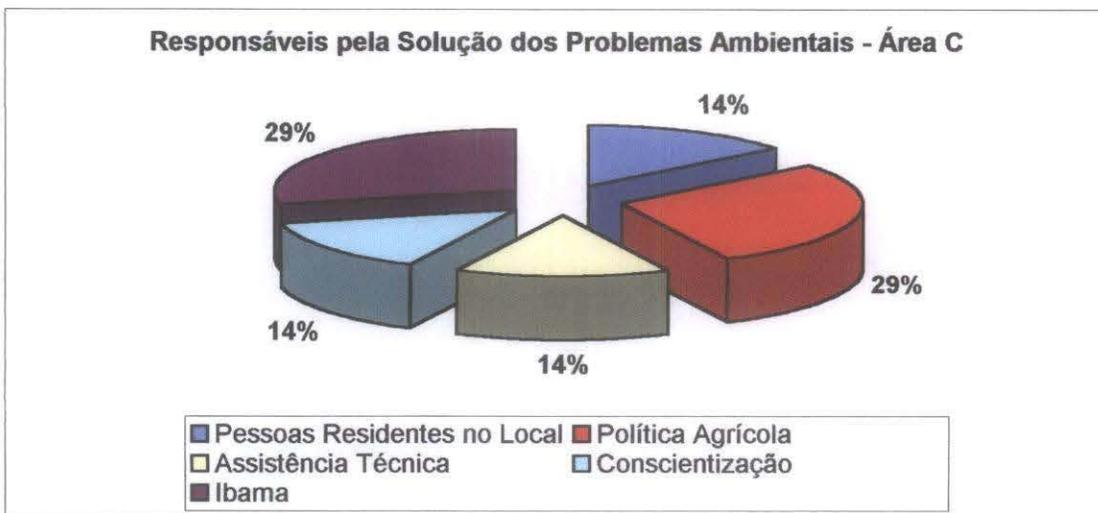
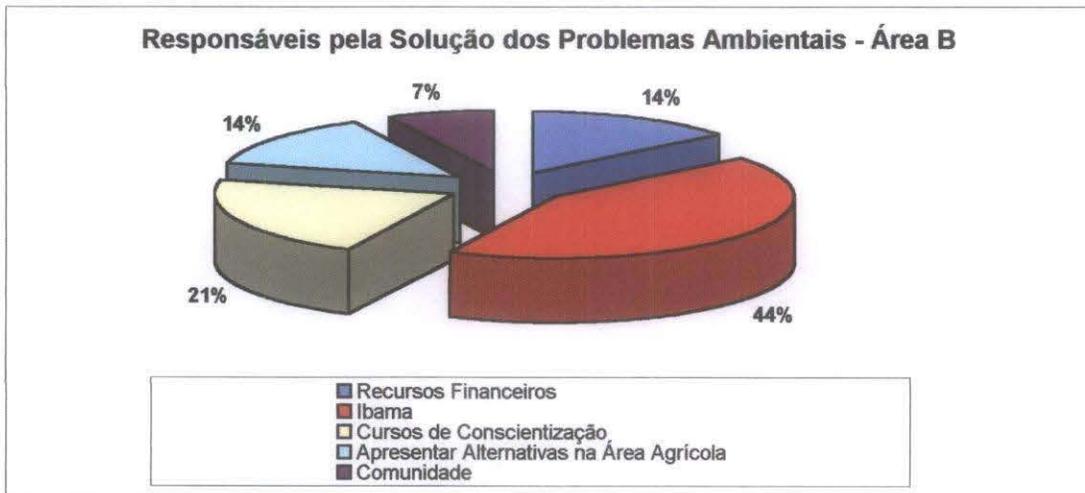
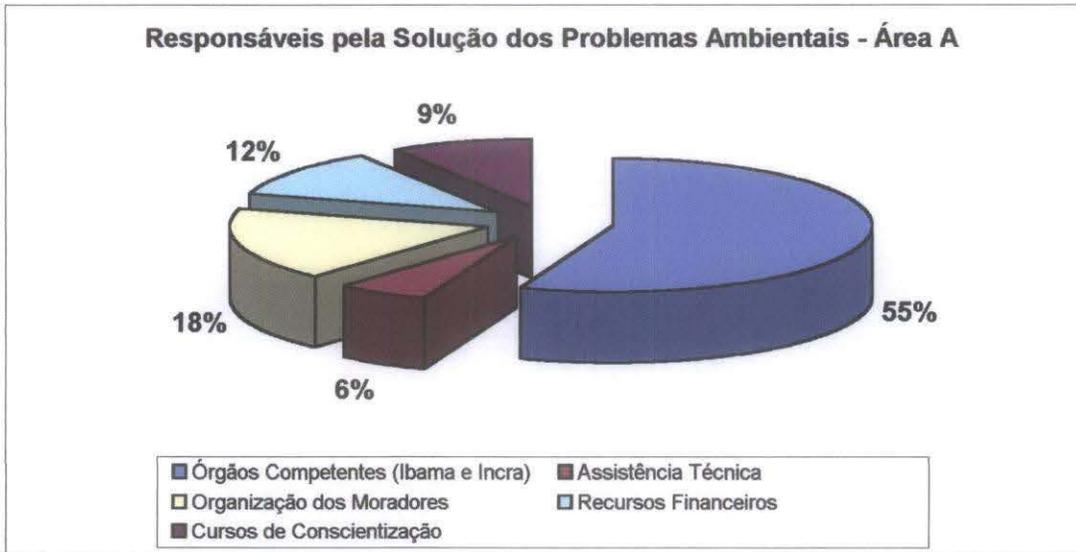
Um outro dado que nos chama a atenção são os dados referentes à fauna, principalmente a captura de filhotes de papagaio, já que esta espécie está em extinção, sendo um dos motivos para a criação da ARIE. O tráfico de filhotes de papagaio é um negócio bastante rentável, pois segundo informações dos moradores, chega-se a pagar R\$ 100,00/ filhote, isto é muito dinheiro, para quem às vezes tem uma renda de apenas R\$1.000/ ano.

Figura 10 – Problemas Ambientais nas Áreas A, B e C.



Na opinião dos moradores das três áreas os responsáveis pela solução dos problemas dependem de órgãos como o IBAMA e INCRA. Responsabilidade esta que vai desde maior fiscalização na área,, recursos e alternativas para largar da cultura do fumo e assim poderem melhorar a renda até cursos de conscientização.

Figura 11. Responsáveis pela Solução dos Problemas Ambientais segundo os moradores das Áreas A, B e C.



A grande maioria dos moradores está disposta a mudar seu modo de vida desde que lhes sejam apresentados soluções e garantias, pois afirmam que já foram por muitas vezes passados para trás. As pessoas residentes na Arie afirmam que aceitarão cursos e oportunidades que possam vir a serem dadas.

Os órgãos competentes responsáveis por esta Unidade de Conservação têm em suas mãos uma grande incumbência, que é a de fazer as coisas darem certo, por meio da ajuda mútua que estas pessoas estão oferecendo em troca da sua melhor qualidade de vida e conseqüentemente benefícios inestimáveis para o meio ambiente.

Anexo 01 – Famílias e Familiares das Áreas A, B e C.

Famílias e Número de Pessoas da Área A

Famílias	Nº de Pessoas
Adolfo do Nascimento	5
Cézar da Silva & Elvira	5
Orides Cardoso & Teresinha	7
José João da Silva & Dilaci	9
Antônio de Souza & Pedrolina	12
Faustino Cardoso & Marlene	6
Antônio 2 Souza & Florita	4
Leopoldo Michels & Ivone	6
Pedro de Oliveira & Júlia	5
Luis Carlos Backes & Clementina	5
Gabriel Jacinto Borges & Helena	3
Antônio Cardoso & Alvelina	2
Julio C. do Nascimento & Iraci	7
Neemias da Silva & Florinda	3
Osmarildo Cardoso & Luzia	4
Antônio 3 Cardoso & Darci	8
José Cardoso	3
Luiz Backes	1
Antenor Cardoso & Maria L.	6
Augusto Backes & Margarida	4
Orides B. de Oliveira & Rosa M. Moser	2
Tacilio Souza & Maria	3
Alcides José Correa	1
Amilton Barcelos & Juliana	5
Ivo Senes & Maria	5
Ivonei Cardoso	1
João Ferreira & Maria	4
Jocilene Cardoso	2
Leonardo Backes & Jocimeri	5
Lorival W. Backes & Eliani F.	3
Manoel Pereira & Ivone	10
Maria do Rosário Senes	6
Osmarildo2 Fortuna	1
Valdiro Machado & Darli	5
Valmor Demore & Maria	1
Vanderlei Cardoso	1
Total	160

Famílias e Número de Pessoas da Área B

Famílias	Nº de Pessoas
Adão Bodner & Marli	5
Alberto Sadlovski & Anastácia	5
Albino Sadlowski & Lúcia	6
Ambrósio Sadlovski & Anita	4
Antônio Sérgio Novakoski & Mônica	4
Arlindo Murara & Catarina	5
Augusto Watras Sobrinho & Alvacir	5
Carlos Sadlowski & Albina	8
Dalmim Watras	4
Darci Tadeu Sadlovski	1
Domingos Sadlowski & Sofia	4
Elzio Watras	5
Esoél Griten & Marta	4
Estevão Sadlowski & Tereza	3
Felício Watras & Terezinha	6
Hélio Watras & Euzenir	8
Isidoro Sadloski & Terezinha	10
Ivanor Ignaczuk & Marli	5
Jamir Amaral & Mazilde	5
José 2 Sadlowski & Marli	2
José Novakoski & Vanda	7
Júlio Sadlowski & Josefa	3
Leopoldo Sadloski	3
Manoel Fausto & Maria Salete	7
Maurino Sadlowski & Marilete	4
Maurino2 Novakoski & Judite	4
Nicolau Bodner & Antonina	2
Nilton Bodner & Zenir	4
Pedro 2 Sadlowski & Angelina	5
Pedro Hercílio Ignaczuk & Cecília	5
Pedro Watras & Ana	3
Roberto Bodner & Olga	5
Simão Bodner & Inês	3
Stefano Watras	6
Tobias Murara Neto	1
Vitor Novakoski & Júlia	14
Total	180

Famílias	Pessoas
Amir Darolt & Isabel	5
Décio Francisco Martarello	2
Florindo Darolt & Roselinde	8
João 2 Dauer Neto & Hilda	3
José Santino de Souza & Ivonete	5
Mário Dauer & Eni	4
Rodiberto Loos & Maria Erolina	6
Volnei Dauer & Lili	5
Total Global	38

Famílias e Número de Pessoas da Área C